

ANÁLISE DOS SUJEITOS PÚBLICOS INSERIDOS NA REGIONALIZAÇÃO TURÍSTICA DE BRASÍLIA A PARTIR DE MUNICÍPIOS DA RIDE-DF

DISCOURSE ANALYSIS OF THE TOURISM REGIONALIZATION IN CITIES AROUND BRASÍLIA, BRAZIL

Diego Sousa¹

RESUMO: Ao conceber a região turística de Brasília no mesmo território político-administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (RIDE-DF), ressalta-se a complexidade do turismo regional, evidenciada pela diversidade econômica, política, social e institucional dos municípios que a compõem. Ao se observar a prática do turismo em quatro municípios classificados na categoria “B” no Instrumento de Classificação dos Municípios das Regiões Turísticas Brasileiras — Alto Paraíso de Goiás, Formosa e Pirenópolis, no estado de Goiás, e Unaí, em Minas Gerais — identificam-se aspectos da implantação dessa política pública na região. Esta pesquisa analisa essas condições com base na Análise do Discurso (AD), realizada a partir de entrevistas semiestruturadas com os secretários de turismo que ocupavam o cargo entre março e abril de 2024, além de pesquisas exploratórias fundamentadas em referenciais bibliográficos e documentais. Como resultado, constatou-se que as cidades pesquisadas possuem um sistema consolidado de equipamentos turísticos e um fluxo de visitantes consistente, ainda que dependente de Brasília, o que justifica a existência da região. Contudo, não se verifica vontade política para uma integração plena em âmbito regional, o que descaracteriza um dos pilares fundamentais do Programa de Regionalização do Turismo (PRT).

Palavras-chave: Regionalização; Turismo; RIDE-DF; Análise do Discurso.

ABSTRACT: When conceiving Brasília Touristic Region within the same political-administrative territory as the Integrated Economic Development Region of the Brazilian Federal District, the complexity of regional tourism is showed, evidenced by the economic, political, social, and institutional diversity of the municipalities that comprise it. By observing tourism practices in four municipalities classified as category “B” in the Classification Instrument of Municipalities in Brazilian Tourist Regions by Brazilian Ministry of Tourism –Alto Paraíso de Goiás, Formosa, and Pirenópolis, in the state of Goiás, and Unaí, in Minas Gerais – certain aspects of the implementation of this public policy in the region are identified. This research analyses these conditions based on discourse analysis, conducted through semi-structured interviews with the tourism council’s offices who held office between March and April 2024, in addition to exploratory research grounded in bibliographic and documentary references. As a result, it was found that the cities studied have a consolidated system of tourist infrastructure and a consistent flow of visitors, although still dependent on Brasília, which justifies the region’s existence. However, there is no political will for a full regional integration, which undermines one of the fundamental basis of the Tourism Regionalization Program.

Keywords: Regionalization; Tourism; RIDE-DF; Discourse Analysis.

1. Doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília
Universidade de Brasília
E-mail: diogo.diniz@unb.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7630044024776767>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9137-1533>

INTRODUÇÃO

No ano de 2004, como forma de implementar as iniciativas previstas no I Plano Nacional de Turismo (2003-2007), foi formulado, pelo recém-criado Ministério do Turismo, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Em contraposição à política pública anterior, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT, 1995-2003), a estratégia da nova política estava fundamentada na integração entre oferta e demanda, fluxos turísticos e equipamentos turísticos, ou seja, objetos turísticos, por meio de roteiros criados especificamente para a prática do turismo. Esses roteiros não se limitariam a um único município, sendo a soma dessas manifestações no território denominada região turística.

No início dessa política pública, existiam 219 regiões turísticas que abrangiam 3.203 municípios brasileiros. Brasília, um dos principais destinos turísticos do Brasil, notadamente pelo nicho de mercado segmentado voltado para negócios e eventos, foi também classificada como uma região turística. À época, o território institucionalizado de sua região turística era o Distrito Federal (DF), com a possibilidade de uso de outros objetos turísticos em municípios vizinhos pertencentes a diferentes unidades da federação, especialmente destinos já reconhecidos no entorno da capital federal, como demonstra Sousa (2024).

Para institucionalizar tais usos, em 2012, foi liderada pelo Poder Executivo, durante a administração de Agnelo Queiroz (2011-2015), do Partido dos Trabalhadores, a promulgação da Lei do DF nº 4.883/2012, conhecida como Lei Distrital de Turismo. Além de regulamentar o turismo, impondo regras, conceitos e premissas, inclusive vinculando programas distritais ao PRT, foi institucionalizada uma nova região turística de Brasília, composta pelo DF e pelos municípios integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do DF (RIDE-DF).

As Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs), criadas no início dos anos 1970 e regulamentadas pelo artigo 43 da Constituição de 1988. Trata-se de um instrumento político-administrativo cuja concretização ocorre a partir da influência e da interdependência de cidades pertencentes a unidades da federação distintas, ao contrário de uma região metropolitana, que se materializa dentro de um mesmo estado. A primeira delas, a RIDE-DF, foi criada em 1998 e atualmente compreende 29 municípios goianos, cinco mineiros e o DF. A principal razão para sua criação foi estabelecer maior integração econômica, institucional e política entre essas localidades, de modo a acelerar a obtenção de investimentos, facilitando e agilizando a implementação de políticas públicas em diferentes áreas, inclusive as de turismo.

Passados mais de dez anos desde a aprovação da Lei Distrital de Turismo pela Câmara Legislativa do DF (CLDF) e sua sanção pelo Governo do Distrito Federal (GDF), percebe-se que a regionalização apresenta fragilidades, especialmente quando compa-

rada à sua institucionalização formal. Porém, diferentemente da literatura já constituída, este artigo parte da premissa de observar essas composições a partir dos municípios goianos e mineiros.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a implementação e os desafios do PRT na RIDE-DF, considerando a percepção dos gestores públicos municipais e o contexto econômico, político e social das cidades envolvidas. Para isso, busca-se identificar o grau de integração das cidades de Alto Paraíso de Goiás, Formosa, Pirenópolis e Unaí no âmbito do programa, além de avaliar a participação e atuação dos órgãos governamentais locais e federais na promoção e governança do turismo regional. Também se pretende examinar os impactos do turismo na economia municipal, com ênfase na geração de empregos e na formalização das empresas do turismo.

Além disso, investiga-se a percepção dos gestores públicos sobre os desafios e entraves para a consolidação do turismo regional na RIDE-DF, bem como a relação entre os investimentos públicos destinados ao turismo e a priorização política dessa atividade nos municípios analisados. Por fim, busca-se analisar a influência de Brasília para as cidades da RIDE-DF na perspectiva da dinâmica do turismo regional.

Dada a diversidade e a complexidade dos municípios existentes dentro da RIDE-DF, este artigo, para selecionar quais deles são pesquisados, utiliza o Instrumento de Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas, que classifica todas as cidades turísticas do Brasil em uma escala que vai de A – isto é, uma destinação turística com maior fluxo turístico, número de hóspedes, formalização do *trade* turístico e arrecadação de impostos – até E, onde há rarefação dessas variáveis. Na região, apenas Brasília é classificada como A. As cidades classificadas como B são: Alto Paraíso de Goiás, Formosa e Pirenópolis, no estado de Goiás, e Unaí, em Minas Gerais. Todas as outras, a maioria inclusive, são classificadas como C, D ou E. Por isso, esta pesquisa concentra sua análise naquelas quatro cidades.

Para esse levantamento, este artigo utiliza a Análise de Discurso. Essa é uma metodologia de pesquisa qualitativa que se propõe a investigar os discursos como práticas sociais, ou seja, como manifestações que vão além do aspecto meramente linguístico. Diferentemente de um simples estudo de palavras ou textos, a Análise de Discurso entende o discurso como algo dinâmico e dialético, influenciado e influenciador das estruturas sociais, de modo a revelar intencionalidades subjacentes, assimetrias sociais e reproduções de poder, presentes em diversas manifestações, como falas, textos, músicas, postagens digitais e obras de arte. Portanto, a Análise de Discurso não é apenas um estudo da linguagem, mas uma investigação científica do papel do discurso na configuração e manutenção das estruturas sociais.

A análise abordará os discursos dos sujeitos públicos do turismo, mais precisamente dos secretários e das secretárias de turismo que estavam no cargo entre março e abril de 2024.

Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em seus respectivos gabinetes, nesse período histórico citado, cujo roteiro foi dividido em três partes: características da economia e da economia do turismo na destinação; características político-institucionais do turismo; e condição da regionalização e integração com outros municípios e com o DF.

O artigo está estruturado em seis seções: a primeira apresenta uma discussão sobre o PRT e os debates sobre regionalização; a segunda aborda as principais características da RIDE-DF; a terceira analisa as consequências da regionalização e do fenômeno turístico no contexto da divisão político-administrativa tratada neste trabalho; a quarta seção detalha a metodologia utilizada; a quinta apresenta os resultados e a discussão; e, por fim, a sexta traz as considerações finais.

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: O QUE É?

Até o final do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), as políticas públicas federais de turismo eram elaboradas e implementadas pelo Ministério do Esporte e Turismo. Apesar da competição e disputa política com outras áreas, a principal política pública voltada para o turismo, desde o início de seu governo, foi denominada Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

Segundo o mesmo autor, esse plano foi instituído com base na adequação de novos regimentos e diretrizes impostas pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e tinha, em seu cerne, a orientação neoliberal de descentralização político-administrativa da gestão do Estado nacional, a inclusão de novos atores políticos na arena de debate e a inserção da iniciativa privada na formulação e implementação das políticas. Assim, como o próprio nome indica, o PNMT tinha como foco principal os municípios, atribuindo-lhes a responsabilidade pela gestão do turismo no Brasil, enquanto estados e União ficavam encarregados basicamente da regulação e distribuição de recursos técnicos e financeiros.

No entanto, sua implementação revelou fragilidades. Conforme observa Costa (2003), as cidades que mais se beneficiaram da política pública foram aquelas que já possuíam um turismo consolidado e maior influência política para competir por recursos. Por outro lado, os municípios que viam o turismo como uma via primária de crescimento e desenvolvimento não foram contemplados de forma significativa.

Para solucionar esse impasse, segundo Sousa e Araújo So-brinho (2024), foi lançado, em 2004, o PRT. Sua concepção ocorreu, inicialmente, dentro de uma ótica eleitoral-política, pois o governo eleito em 2002 e empossado em 2003, do centro-esquerdista Partido dos Trabalhadores, representava oposição ao governo anterior. Ademais, como aponta Steinberger (2013),

esse contraponto manifestou-se, ainda que minimamente, na formulação de políticas públicas durante o governo Lula (2003-2011), que buscou se distanciar, sem abandonar integralmente, de elementos neoliberais na gestão do Estado brasileiro.

Essa característica fundamenta o segundo elemento conjuntural: a compreensão de que a maioria dos municípios, isoladamente, não possui condições de administrar integralmente o turismo. Assim, conforme Brasil (2013), em decorrência das iniciativas e objetivos do I Plano Nacional de Turismo (2003-2007), estabeleceram-se três premissas fundamentais: a) a União deve assumir um papel ativo na gestão do turismo, sendo também promotora de recursos, junto com as unidades federativas; b) a descentralização e a inclusão de atores privados devem ser complementadas por ações estatais de estruturação, comercialização e promoção do turismo brasileiro; e c) a delimitação territorial para prática turística não deve ser restrita aos limites municipais, mas deve refletir o alcance das práticas turísticas, sendo materializada em roteiros regionais. Foi nesse contexto que nasceu o PRT.

De acordo com Brasil (2013), as principais características do programa incluem: a) a atribuição de responsabilidades específicas a cada ente federativo dentro de uma região turística; b) a criação de instâncias de governança regional para monitorar, estruturar, promover e avaliar a gestão turística; e c) a descentralização com participação social, envolvendo atores além do *trade* turístico.

No início da política pública, existiam 219 regiões turísticas que englobavam 3.203 municípios brasileiros. Entre eles, Brasília, a capital do país, também passou a compor uma região turística. Contudo, conforme Carneiro (2014) e Sousa (2015), a gestão pública distrital do turismo durante os governos dos centro-direitistas Joaquim Roriz (2004-2006), Maria de Lourdes Abadia (2006), José Roberto Arruda (2007-2010) e Rogério Rosso (2010-2011) não esteve alinhada às diretrizes do Ministério do Turismo, priorizando interesses locais e ações voltadas para megaeventos.

Essa situação foi revertida com a eleição de Agnelo Queiroz (2011-2015), do Partido dos Trabalhadores, o mesmo partido que comandava a gestão federal, promovendo um alinhamento das políticas brasilienses com as federais (Sousa, 2015). Nesse contexto, compreendeu-se que o turismo em Brasília não se limitava ao DF, mas também incluía atrativos em outras unidades federativas, especialmente no estado de Goiás. Como parte desse movimento, foi sancionada a Lei Distrital nº 4.883, de 11 de julho de 2012, conhecida como Lei Distrital de Turismo. Além de regular e estabelecer prerrogativas para o turismo local, essa lei trouxe dois direcionamentos importantes: primeiro, tornou obrigatória a vinculação das políticas brasilienses às federais; segundo, definiu oficialmente uma nova região turística de Brasília.

De acordo com o inciso III do artigo 2º do dispositivo legal, a região turística de Brasília é formada pelo “conjunto de regiões administrativas e municípios do entorno pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – RIDE”

(DF, 2012, p. 1). Nesse sentido, as atribuições do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do DF (CONDETUR) foram reformuladas, elevando-o à condição de instância de governança regional e criando assentos para vários atores políticos do DF.

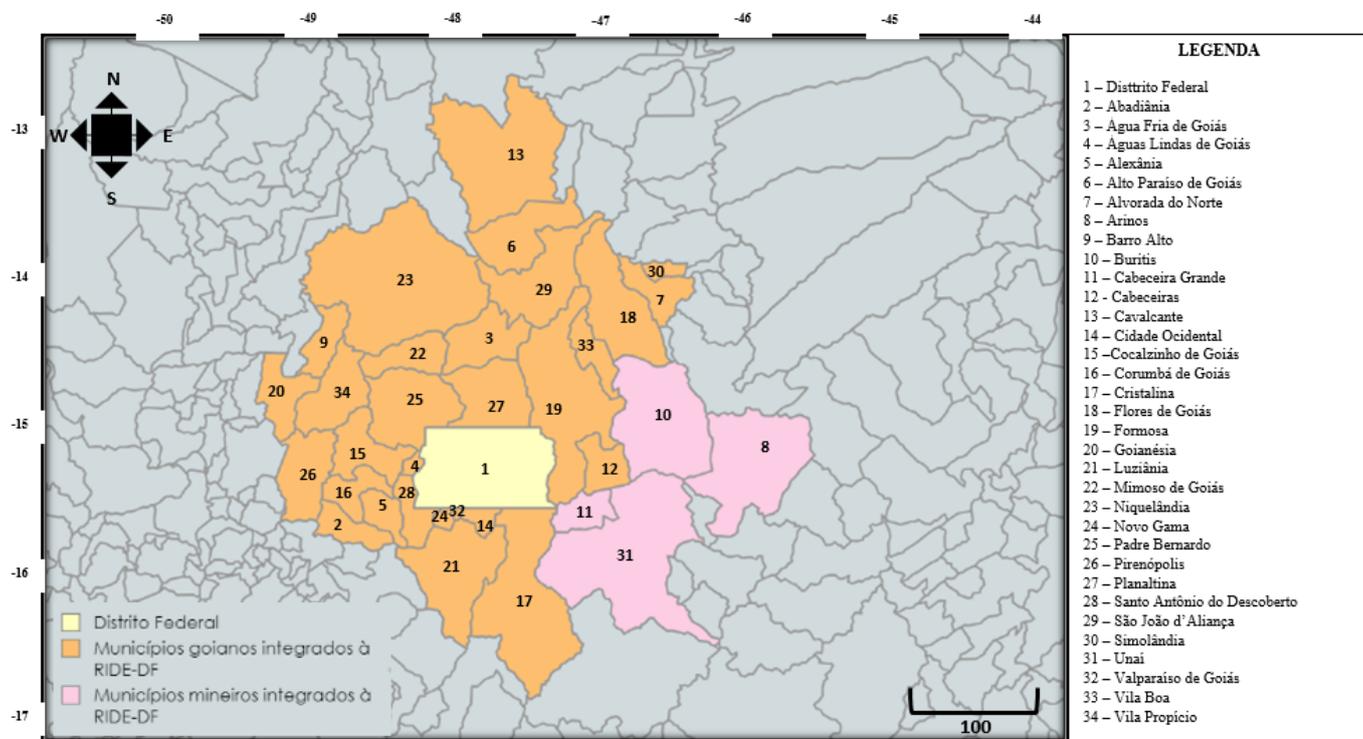
A REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF – RIDE-DF

Segundo Geiger (1963) e Peluso e Oliveira (2006), a criação da RIDE-DF teve como base concretiz o estabelecimento de uma maior integração econômica, institucional e política entre Brasília e onde há a influência e a dependência de Brasília nos estados de Goiás e Minas Gerais. Além disso, a opção política do GDF de criar políticas habitacionais fora do DF, durante o final da década de 1970 e quase toda a década de 1980, propiciou a venda de terrenos e o arrendamento de lotes próximo ao DF, no estado de Goiás. Em municípios já existentes, como Formosa, Luziânia, Planaltina e Santo Antônio do Descoberto, houve especulação de áreas, com a criação de setores além das manchas urbanas pré-existentes, concretizado, hoje, por movimentos pendulares nesse território.

Paviani (2010) acrescenta a isso o constante aumento do custo de vida no DF, sobretudo em decorrência do gasto com moradia. O constante aumento nos preços de aluguéis incentivou que pessoas que moravam nas então cidades-satélites migrassem para adquirir uma casa própria, mesmo distante do DF, por meio de financiamentos habitacionais do Banco Nacional de Habitação (BNH). Conforme observam Silva, Oliveira e Gomes (2023), as condições de vida dessa massa trabalhadora durante a década de 1990 eram críticas, devido à falta de acesso a direitos básicos como saúde, educação, segurança e emprego. A dependência de Brasília era evidente. Isso se justificava também pela inexistência de recursos nos orçamentos públicos municipais, seja pelas limitações de gastos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, seja pela falta de capacidade técnica local. Além disso, havia a intenção de facilitar e agilizar a implementação de políticas públicas.

Segundo Schvarsberg (2010), como forma de concordar essa situação, foi criada, por lei federal, com base em projetos constitucionais, a RIDE-DF. Após sua reformulação em 2018, a RIDE-DF passou a englobar 29 municípios goianos, cinco mineiros e Brasília, representados pela totalidade do DF, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 - RIDE-DF na atualidade. Para a Lei nº 4.883/2012, esta é a Região Turística de Brasília



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Na prática, Brasília exerce, ainda, um papel hierárquico em relação a essas cidades, influenciando-as principalmente por meio do emprego, dos serviços públicos, dos serviços gerais e, em menor grau, do comércio (Brasil, 2023a). Segundo Brasil (2018), as funções precípuas da RIDE-DF são a unificação de procedimentos relativos aos serviços públicos, abrangendo tarifas, linhas de crédito especiais e isenções fiscais temporárias para atividades produtivas e geração de empregos. Dentre essas diversas políticas, encontra-se o turismo.

Dentro da RIDE-DF, segundo Nogueira (2008), não há um desenvolvimento sistêmico do turismo, mas sim um crescimento e consolidação de alguns atrativos turísticos e, em menor grau, de alguns municípios turísticos. Segundo o autor, isso ocorreu quase exclusivamente pela existência de Brasília, cujo fluxo turístico tem como base, invariavelmente, os próprios brasilienses. Algumas cidades se beneficiaram graças a objetos e paisagens de luxo presentes em seus territórios, que passaram a atrair turistas e, conseqüentemente, conquistaram territórios usados pelo turismo. A maior parte, no entanto, possui estruturação incipiente e ainda está em um estágio de potencialidade turística.

CATEGORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES TURÍSTICAS DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO E OS MUNICÍPIOS DA RIDE-DF

Em 2013, como forma de classificar o turismo nos municípios brasileiros, foi formulado, no âmbito do PRT, o Instrumento de Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. Sua finalidade é mensurar, por meio de indicadores, quais cidades têm maior fluxo turístico e, conseqüentemente, maior prática, priorizando-as nos repasses de recursos do Ministério do Turismo, bem como na facilitação de repasses de emendas ou créditos bancários para o *trade* turístico.

Essa categorização se organiza em cinco níveis, representados pelas cinco primeiras letras do alfabeto: A, B, C, D e E. Ao todo, seis características são utilizadas para mensurar os municípios turísticos, conforme Chemin, Filippim e Abrahão (2021): a) existência de estabelecimentos do ramo hoteleiro; b) geração de empregos no setor hoteleiro local; c) estimativa de turistas nacionais; d) estimativa de turistas estrangeiros; e) arrecadação de impostos federais dos estabelecimentos do ramo hoteleiro; e f) funcionamento ativo do conselho municipal de turismo e sua inserção em uma instância regional.

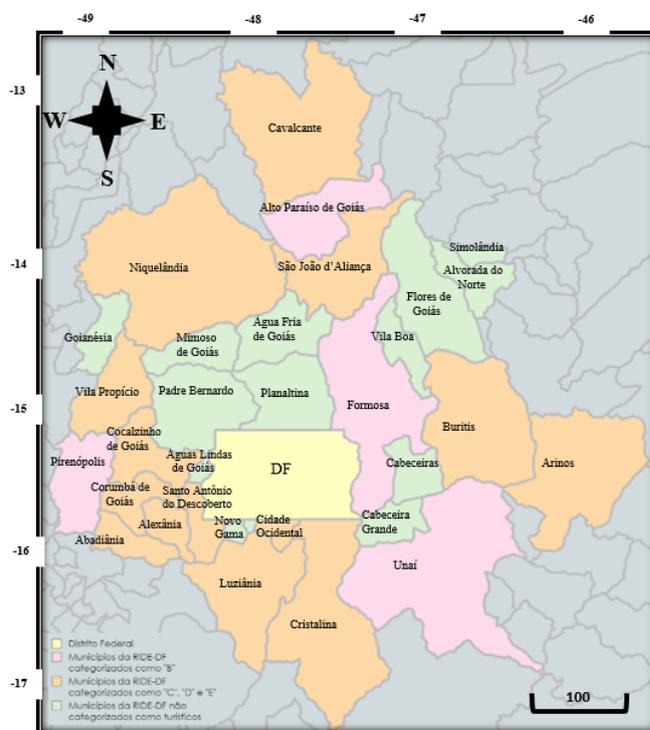
Entretanto, esses critérios apresentam limitações. Por um lado, não consideram a realidade do turismo e as idiossincrasias dos territórios, pois são padronizados para todo o Brasil, independentemente da região. Além disso, seguem duas abordagens problemáticas: uma mercadológica, focada em indicadores quantitativos como meios de hospedagem, fluxo turístico e arrecadação, sem critérios qualitativos; e outra burocrática, vin-

culada à participação dos municípios em conselhos e instâncias regionais, sem avaliar sua efetividade. Assim, reconhece-se que as escolhas das cidades podem apresentar falhas ao ignorar as especificidades locais e o impacto real do turismo.

No primeiro semestre de 2024, marco temporal e escrita deste trabalho, o Mapa do Turismo Brasileiro, que reúne esses municípios, classifica 4.104 cidades. As cidades classificadas como A correspondem a 144 (3,51% do total). Já as cidades D e E representam a maior parte, somando 2.868 (cerca de 70%). Na RIDE-DF, apenas Brasília é classificada como cidade A. As cidades classificadas como B incluem Alto Paraíso de Goiás, Formosa e Pirenópolis, em Goiás, e Unai, em Minas Gerais. As demais cidades (Alexânia, Abadiânia, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Luziânia, Niquelândia, São João d'Aliança e Vila Propício, em Goiás, e Arinos e Buritis, em Minas Gerais) estão distribuídas em outras categorias.

Para investigar o objetivo geral deste artigo, serão analisadas apenas as cidades categorizadas como tipo B. Nesse caso, as cidades de interesse são: Alto Paraíso de Goiás, Formosa, Pirenópolis e Unai, conforme mostrado na Figura 2.

Figura 2 - Municípios que compõem a RIDE-DF e suas categorizações de turismo, segundo o Mapa do Turismo Brasileiro de outubro de 2023, o mais recente



Fonte: Elaborado pelo autor, (2024).

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota como enfoque metodológico principal a Análise de Discurso, complementada por entrevistas semiestruturadas e por pesquisas de campo.

A metodologia de Análise de Discurso utilizada neste estudo baseia-se nos preceitos de Fairclough (2003) e Sousa (2024a) e outros autores contemporâneos que consideram o discurso como uma prática social. Essa abordagem visa investigar como os discursos expressos pelos secretários de turismo revelam intencionalidades, reproduzem relações de poder e naturalizam hegemonias no contexto da regionalização turística.

A análise é desenvolvida em três etapas principais: primeiro, realizou-se a identificação do problema discursivo, com uma leitura exploratória para localizar temas centrais e contradições nos discursos. Em seguida, foram analisados os conceitos da política pública: a) a atribuição de responsabilidades específicas a cada ente federativo dentro de uma região turística; b) a criação de instâncias de governança regional para monitorar, estruturar, promover e avaliar a gestão turística; e c) a descentralização com participação social, envolvendo atores além do *trade* turístico, buscando compreender os mecanismos de dominação ou resistência presentes nas falas. Por fim, a interpretação crítica relacionou os dados discursivos com as condições institucionais e materiais dos municípios, considerando tanto as dinâmicas locais quanto às relações com o contexto regional mais amplo.

Esses três conceitos, centrais do programa, para esta pesquisa, são convertidos em indicadores discursivos, permitindo desvendar não apenas a eficácia das políticas, mas também as relações de poder e os mecanismos de inclusão ou exclusão que permeiam sua execução.

No que se refere à atribuição de responsabilidades específicas aos entes federativos, os discursos dos gestores municipais revelam indicadores como a frequência de menções a competências institucionais ou a ambiguidade nas definições de papéis, muitas vezes marcada por críticas à falta de recursos ou sobreposição de funções. Esses elementos permitem construir categorias como cooperação *versus* fragmentação e hierarquia de poder: centralização *versus* autonomia local.

Já a criação de instâncias de governança regional pode ser analisada por meio de indicadores como a menção a conselhos ou comitês e a crítica à efetividade desses espaços. Tais discursos permitem construir constructos como institucionalização da governança (formalidade *versus* informalidade) e transparência, além de revelar se há integração regional efetiva ou se prevalecem rivalidades locais. A omissão de certos grupos nas falas dos gestores ou nas reuniões das instâncias de governança também serve como indicador de exclusão. Contextualmente, é fundamental considerar o histórico de cooperação entre os municípios: regiões com experiências anteriores bem-sucedidas tendem a valorizar as

instâncias de governança, enquanto áreas marcadas por conflitos políticos reproduzem discursos de descrença.

O terceiro eixo, a descentralização com participação social, é analisado por meio de indicadores que revelam inclusão ou dominação. Discursos que mencionam a participação de atores não tradicionais contrastam com aqueles que reforçam hierarquias. Integrando esses elementos ao contexto da RIDE-DF, fatores como a conjuntura econômica, a influência do DF nas decisões regionais e a diversidade cultural dos municípios do Entorno ampliam a complexidade da análise. A dependência econômica de setores além do turismo, como a agroindústria, e o alinhamento político dos gestores com o governo federal podem explicar, por exemplo, discursos que oscilam entre o entusiasmo com o PRT e a resistência a diretrizes centralizadoras. Por fim, a triangulação de dados – cruzando entrevistas, documentos oficiais e observação de eventos participativos – permite identificar padrões dos discursos dos secretários de turismo.

As entrevistas semiestruturadas com os secretários de turismo foram realizadas nos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Formosa, Pirenópolis e Unaí, durante os meses de março e abril de 2024. Embora essas entrevistas desempenhem um papel importante na identificação de elementos discursivos, elas são tratadas como insumos para a Análise de Discurso, e não como o foco principal da pesquisa. O roteiro das entrevistas foi organizado em três blocos temáticos: características da economia e da economia do turismo na destinação; características político-institucionais do turismo; e condição da regionalização e integração com outros municípios e com o DF.

No primeiro bloco, as perguntas abordaram a relação do turismo com a cidade, sua importância nas relações econômicas, sociais e políticas locais, bem como a indicação de seu tamanho em relação à divisão territorial do turismo, considerando a porcentagem de mão de obra empregada diretamente no turismo, a formalidade e a destinação de recursos no orçamento público local. Esses tópicos são importantes, pois permitem compreender como o turismo se relaciona com a economia local e avaliar sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico. Isso inclui a geração de empregos, renda e receitas para empresas locais, bem como a diversificação da economia, reduzindo a dependência de setores específicos. Além disso, é possível perceber a relevância do turismo em termos de divisão territorial, analisando como ele se distribui geograficamente e sua importância em diferentes áreas, observando como o trabalho e os bens de capital se constituem no território.

No segundo bloco, as perguntas focaram no relacionamento político-institucional, incluindo iniciativas de integração política entre os municípios, o estado de Goiás e o GDF, no que se refere a políticas públicas, programas, planos e ações relacionadas à estruturação e promoção turística. Essa análise expõe o nível de envolvimento e a dinâmica entre os atores políticos

e institucionais estatais, empresas privadas e organizações não governamentais, além de verificar como as políticas e ações relacionadas ao turismo estão sendo desenvolvidas, implementadas e avaliadas. Essa abordagem permite identificar lacunas, oportunidades e desafios na estruturação e promoção do turismo na Região Turística de Brasília.

No terceiro bloco, o objetivo foi coletar informações sobre os atrativos turísticos dos municípios, abrangendo potenciais turísticos, atrativos efetivamente comercializados, sazonalidade, oferta e demanda, permanência média de visitantes, conectividade à internet e principais meios de acesso aos atrativos e ao destino turístico. Esses aspectos são essenciais para entender a dinâmica do turismo, observando como a oferta turística é estruturada e promovida. A alta sazonalidade é importante para avaliar os períodos de maior e menor movimento turístico, o que influencia a gestão dos atrativos e a infraestrutura de apoio. Compreender a oferta e demanda turísticas ajuda a adequar os serviços disponíveis às necessidades dos visitantes e identificar oportunidades de crescimento. A permanência média dos visitantes está relacionada ao impacto econômico do turismo na região, pois quanto mais dias os turistas permanecem no destino, maior tende a ser o volume de gastos. Já a conectividade à internet é crucial na era digital, pois afeta a comunicação com os turistas e a divulgação dos atrativos.

Por fim, as pesquisas de campo foram realizadas no mesmo dia das entrevistas semiestruturadas, em dias úteis e em horário comercial. Ressalte-se, contudo, uma fragilidade da pesquisa: o maior movimento semanal de turistas nas quatro cidades ocorre nos finais de semana.

OS DISCURSOS DOS SUJEITOS PÚBLICOS DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS, FORMOSA, PIRENÓPOLIS E UNAÍ E A REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

O ponto de partida para entender a realidade das quatro cidades analisadas é que a função turística é relevante para todas elas, em diferentes graus. Isso se materializa ao se observar suas composições econômicas. Ao consultar a biblioteca eletrônica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no indicador “Produto Interno Bruto dos Municípios” – cujo último dado foi divulgado em 2021, ainda em um período de transição pós-pandemia de COVID-19 – percebe-se a importância do turismo na composição das economias municipais.

O turismo está presente de forma mais intensa em Alto Paraíso de Goiás e Pirenópolis, sendo responsável por mais da metade da renda municipal. Em Formosa e Unaí, onde essa atividade é menos consolidada em comparação com as duas cidades anteriormente citadas, ela aparece, em ambas, como o segundo maior setor econômico, sendo o agronegócio e os serviços a ele relacionados os principais geradores de riqueza local (Brasil, 2023b).

Essa realidade, inclusive, evidencia a primeira contradição quanto à participação do turismo na economia local, conforme apontado nas entrevistas com os secretários municipais. Em Alto Paraíso de Goiás e Pirenópolis, o turismo foi classificado como “muito importante” na composição do PIB local. Já em Formosa e Unaí, foi considerado apenas “importante”. Esse menor grau de relevância foi justificado, por ambos os gestores, pelo fato de o agronegócio ter um peso perceptivelmente superior ao da atividade turística. Dessa forma, pode-se afirmar que, em Formosa e Unaí, o turismo tende a receber menos prioridade por parte dos agentes políticos locais no que diz respeito à sua gestão e governança, ao passo que, nas outras duas cidades, ele é considerado uma prioridade, sendo a principal fonte de sustento econômico.

Isso se reflete, primeiramente, na alocação de recursos públicos para políticas de turismo, estabelecidas nas leis orçamentárias anuais para o exercício fiscal de 2024. Unaí e Formosa, respectivamente, possuem os maiores orçamentos gerais municipais entre as quatro cidades analisadas, ultrapassando a casa das centenas de milhões de reais. Em Unaí, o orçamento previsto para esse ano é de R\$ 674,9 milhões, enquanto em Formosa, o valor é de R\$ 367,3 milhões. Essa diferença também se reflete na proporção entre orçamento total e investimentos no turismo. Em Unaí, foi destinado à Secretaria de Turismo menos de R\$ 1 milhão, assim como em Formosa. Em termos percentuais, os recursos para o turismo correspondem a cerca de 0,3% do orçamento total em Formosa e a menos de 0,15% em Unaí.

A situação é diferente em Alto Paraíso de Goiás e Pirenópolis. Na primeira cidade, o total de recursos arrecadados para investimento municipal em 2024 é de R\$ 81 milhões. Em Pirenópolis, o valor é semelhante, alcançando R\$ 79,4 milhões. Entretanto, nessas cidades, a destinação de recursos para o turismo supera os R\$ 2 milhões, representando cerca de 5% de todo o orçamento municipal. Para efeito de comparação, no âmbito federal, os recursos destinados ao Ministério do Turismo, excluindo emendas parlamentares, foram de R\$ 3,7 bilhões, em um orçamento total de R\$ 5,5 trilhões, o que representa cerca de 0,15% do montante. Isso significa que a alocação proporcional de recursos para o turismo em Alto Paraíso de Goiás e Pirenópolis é superior à realizada pela União (Brasil, 2023).

Outro dado que confirma essa tendência pode ser observado na análise da geração de empregos e da formalização das empresas do turismo nos municípios. Em Alto Paraíso de Goiás e Pirenópolis, a influência do turismo na dinâmica do mercado de trabalho é evidente. Em ambas as cidades, aproximadamente 70% da população economicamente ativa está empregada em atividades relacionadas ao turismo. Ou seja, de cada dez empregos gerados, sete estão diretamente ligados a ele. Já em Formosa e Unaí, onde a função turística não é predominante, a participação do turismo na geração de empregos é menor, ficando abaixo de 40%.

Essa diferença também se reflete na formalização das empresas do turismo. Em Alto Paraíso de Goiás e Pirenópolis, a taxa de formalização das empresas turísticas está acima da média nacional (cerca de 50%, segundo dados do Ministério do Turismo (Brasil, 2024)), atingindo índices superiores a 70%. Em Formosa e Unai, apesar de ficarem abaixo das duas cidades mencionadas anteriormente, os índices de formalização estão alinhados com a média nacional, girando em torno de 50%.

Esse cenário impacta diretamente na atração de investimentos privados. Nas cidades onde a participação do turismo na economia local é mais expressiva, observa-se a chegada de empresas externas, ou seja, não pertencentes aos moradores locais. Em Formosa, os principais atrativos turísticos estão sob a responsabilidade da prefeitura ou de fazendeiros locais, cujas propriedades abrigam esses pontos de interesse. Em Unai, a situação se repete, com um modelo de gestão similar.

A atribuição de responsabilidades aos entes federativos na RIDE-DF é marcada por uma hierarquização clara, mas desequilibrada. Em Alto Paraíso de Goiás e Pirenópolis, onde o turismo responde por mais da metade da economia local, os gestores municipais destacam o papel central do Governo de Goiás, por meio da autarquia Goiás Turismo, em sua promoção e estruturação. Já em Unai, a parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo de Minas Gerais é mencionada, porém de forma menos enfática, refletindo a menor relevância do turismo nesse município, onde o agronegócio domina a economia. O Governo Federal, por sua vez, é criticado por sua atuação “meramente institucional”, limitando-se a programas como o Cadastro Nacional do Turismo (CADASTUR) e o Mapa do Turismo Brasileiro, sem investimentos significativos ou integração com as demandas locais. A maior crítica, contudo, recai sobre o GDF, acusado de inércia nas ações concretas.

A exceção é o caso da Cachoeira do Itiquira, em Formosa, onde um acordo de promoção turística foi firmado com o GDF. No entanto, esse acordo é descrito como falho, com a descaracterização do atrativo – ou seja, a apropriação simbólica do Itiquira como parte do DF, sem menções à cidade goiana em materiais promocionais, como folhetos no Aeroporto de Brasília. Essa dinâmica ilustra uma centralização de recursos e visibilidade pelo DF, sem contrapartidas efetivas para os municípios da RIDE-DF, aprofundando as disparidades regionais.

As diferenças orçamentárias entre as cidades reforçam essa assimetria. Enquanto Alto Paraíso de Goiás e Pirenópolis destinam cerca de 5% de seus orçamentos ao turismo – valores que superam até o percentual federal –, Formosa e Unai alocam menos de 0,3%, priorizando o agronegócio. Os gestores destas justificam essa escolha como uma “necessidade econômica”, mas a falta de articulação regional para equilibrar investimentos revela uma visão fragmentada. Municípios com menor dependência do turismo tendem a relegar o turismo a segundo plano,

dependendo de repasses estaduais e federais sem pressionar por políticas específicas. Em contraste, aqueles onde o turismo é vital assumem protagonismo, ainda que enfrentem desafios como a falta de infraestrutura e a concorrência com interesses externos.

No que diz respeito à criação de instâncias de governança regional, o documento menciona a adesão das cidades ao PRT, que prevê estruturas compartilhadas para gestão. Todavia, a implementação dessas instâncias é heterogênea e reflete a concentração de poder. Em Alto Paraíso de Goiás, o conselho municipal de turismo inclui representantes da Universidade de Brasília (UnB), trazendo uma perspectiva técnica. Em Pirenópolis, há equilíbrio entre *trade* turístico, prefeitura e sociedade civil. Já em Formosa e Unai, predominam empresários e agentes públicos, com participação mínima de outros setores da sociedade. Essa composição reproduz a lógica de que “quem financia, decide”, marginalizando vozes críticas ao modelo vigente. A Goiás Turismo, citada como principal articuladora regional, limita-se a ações promocionais, sem avançar em planejamento integrado ou resolver problemas estruturais, como a falta de internet pública na Chapada dos Veadeiros — onde a dependência de *QR Codes* para informações turísticas se torna ineficaz. Em Unai, a parceria com Minas Gerais segue a mesma lógica superficial. Já o CONDETUR, instância regional do DF, é criticado por excluir municípios goianos e mineiros, composto majoritariamente por representantes do *trade* turístico brasileiro. Essa fragmentação evidencia uma governança desconectada, onde cada estado atua isoladamente, sem diálogo efetivo na RIDE-DF.

A menção a Pirenópolis como Destino Turístico Inteligente (DTI) ilustra a tentativa de modernizar a gestão via inovação tecnológica. No entanto, iniciativas como essa são paliativas, por não resolverem questões fundamentais, como a infraestrutura precária ou a falta de representatividade nos conselhos. A tecnologia, nesse contexto, serve mais para cumprir requisitos burocráticos do que para promover mudanças reais, mantendo as estruturas de poder intactas.

Ao analisar a descentralização com participação social, os discursos dos gestores revelam uma contradição entre retórica e prática. Em todas as cidades, os conselhos de turismo são dominados por empresários e agentes públicos, conforme apurado nos sítios eletrônicos das respectivas secretarias de turismo e confirmado nas entrevistas semiestruturadas.

Em Formosa e Unai, onde o turismo é menos relevante, a participação social é quase inexistente, com a maioria absoluta dos assentos ocupados pelo *trade* turístico. Em Alto Paraíso de Goiás, mesmo com a presença da UnB, as decisões são pautadas por interesses de donos de hotéis e de guias. Em Pirenópolis, a chegada de investidores externos – brasileiros e estrangeiros – gerou tensões com moradores tradicionais. A infraestrutura turística, como resorts e hotéis de luxo, é controlada por pessoas de fora da comunidade local, marginalizando pequenos empreendedores que não têm acesso a recursos ou representação.

A suposta paridade nos conselhos, na prática, torna-se uma arena política onde há uma predominância de grupos específicos, como observa Rua (1997). Em Unai, por exemplo, feiras agropecuárias atraem turistas, mas os produtores rurais não têm assento nas instâncias de governança do turismo. Em Formosa, a gestão da Cachoeira do Itiquira é controlada por fazendeiros, sem consulta às comunidades vizinhas. Esses casos ilustram como a participação social é cooptada por elites locais, reforçando mecanismos de exclusão. A resistência a esse modelo ocorre de forma difusa, sem canais institucionais para contestação, como observado nas críticas à apropriação do Itiquira pelo DF ou na frustração de moradores de Pirenópolis com a gentrificação causada pelo fenômeno do turismo.

A análise das entrevistas e dos dados coletados nas quatro cidades da RIDE-DF evidencia padrões que podem ser compreendidos à luz de teorias críticas sobre desenvolvimento regional, governança participativa e dinâmicas de poder. Observa-se que Alto Paraíso de Goiás e Pirenópolis direcionam cerca de 5% de seus orçamentos ao turismo, enquanto Formosa e Unai investem menos de 0,3%, refletindo diferentes estratégias econômicas. Enquanto a especialização turística nas primeiras segue a lógica dos *clusters* econômicos, conforme Porter (1998), há o risco de dependência setorial, como alertado por Beni (2004). Já em Formosa e Unai, a predominância do agronegócio reforça a hegemonia de setores tradicionais descrita por Gastal e Moesch (2007), marginalizando políticas de turismo. Além disso, as instâncias de governança regional são dominadas pelo *trade* turístico e por gestores públicos, excluindo a participação ativa de comunidades locais, o que reforça a crítica de Rua (1997) sobre a corporativização das arenas políticas e contradiz os princípios do PRT.

Outro aspecto relevante é a influência do capital externo, especialmente em Alto Paraíso e Pirenópolis, onde investidores de outras regiões e países controlam grande parte dos empreendimentos turísticos. Essa realidade se alinha à teoria da globalização assimétrica de Santos (2013), que aponta riscos de dependência e descaracterização cultural, contrastando com a valorização do desenvolvimento endógeno defendido por Vázquez-Barquero (2002). Já em Formosa e Unai, a predominância de proprietários locais mantém identidades regionais, mas pode limitar a competitividade. A falta de coordenação intergovernamental também compromete a implementação do PRT, visto que o GDF pouco contribui para a integração regional, resultando em um federalismo desarticulado, como descrito por Abrucio (2005). O fluxo turístico, por sua vez, evidencia desigualdades espaciais: enquanto Alto Paraíso e Pirenópolis atraem visitantes de diferentes partes do Brasil e do mundo, Formosa e Unai dependem majoritariamente de turistas de Brasília, reforçando a segmentação do turismo e limitando a diversificação econômica.

Diante desses desafios estruturais, torna-se essencial fortalecer a governança participativa, ampliando a representação de

comunidades tradicionais e grupos marginalizados, conforme a crítica de Gastal e Moesch (2007) à representação não equitativa. Além disso, é fundamental promover a diversificação turística, incentivando nichos como o turismo rural em Unai, e integrar políticas regionais de maneira mais efetiva, garantindo a participação do GDF e dos estados na formulação de estratégias coordenadas. A superação das contradições entre especialização e diversificação, globalização e endogeneidade, e tecnocracia e participação exige uma abordagem crítica e multiescalar, alinhada às teorias de desenvolvimento territorial e justiça social, para que o PRT possa efetivamente contribuir para um turismo mais equitativo e sustentável na RIDE-DF.

Em síntese, a regionalização do turismo na RIDE-DF é um projeto incompleto, marcado por três contradições principais. Primeiro, a assimetria de poder: municípios com maior vocação turística concentram recursos, enquanto os demais dependem de repasses, e o DF, apesar de centralizador, não articula a integração. Segundo, a governança capturada: as instâncias regionais são dominadas pelo *trade* turístico, reproduzindo desigualdades e excluindo atores sociais. Terceiro, a participação social ilusória: a inclusão de outros segmentos é superficial, com decisões pautadas por interesses corporativos.

Para avançar, é necessário fortalecer mecanismos de integração intermunicipal e interestadual, garantir representação equitativa em conselhos – incluindo comunidades, academia e agentes não-turísticos – e vincular repasses financeiros a metas de diversificação econômica e inclusão social. Enquanto persistirem essas lacunas, a regionalização seguirá sendo um discurso de modernização, distante da realidade das cidades e de suas populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Análise de Discurso dos secretários de turismo dos municípios da RIDE-DF evidencia uma estrutura fragmentada na implementação do PRT. A falta de integração entre os entes federativos, aliada à predominância de interesses corporativos nos conselhos municipais de turismo, limita a efetividade das políticas públicas voltadas ao turismo. Os gestores reconhecem a relevância do turismo para o desenvolvimento econômico local, mas a ausência de um planejamento regional coordenado resulta em disparidades na destinação de recursos e na governança do turismo. Enquanto Alto Paraíso de Goiás e Pirenópolis demonstram um compromisso mais sólido com a atividade turística, Formosa e Unai priorizam o agronegócio, refletindo um modelo de desenvolvimento econômico que marginaliza o turismo como vetor de crescimento. A dependência do fluxo turístico originado em Brasília reforça a necessidade de uma abordagem estratégica que integre os municípios da RIDE-DF de maneira mais eficaz, minimizando as desigualdades e promovendo uma gestão compartilhada do turismo regional.

Dessa forma, contata-se que o PRT na RIDE-DF revela um afastamento dos preceitos iniciais que fundamentaram sua criação. A proposta original previa a descentralização da gestão turística, a participação equitativa de atores locais e a criação de instâncias regionais de governança. No entanto, observa-se uma centralização de poder nas mãos do *trade* turístico e gestores municipais, resultando em decisões que privilegiam interesses particulares em detrimento do desenvolvimento coletivo. Além disso, a falta de cooperação efetiva entre os estados envolvidos e o DF impede a criação de políticas públicas unificadas que fortaleçam a região como um destino turístico integrado. O distanciamento entre as diretrizes institucionais e a realidade prática compromete a eficácia do programa, tornando-o um conjunto de diretrizes formais sem uma aplicação concreta e eficaz. A ausência de investimentos estruturantes e a inércia do GDF reforçam essa lacuna, deixando os municípios da RIDE-DF sem suporte adequado para consolidar suas vocações turísticas.

Apesar das contribuições da Análise de Discurso para compreender as intenções e percepções dos gestores públicos, esta abordagem apresenta limitações inerentes. O estudo baseia-se exclusivamente nos discursos dos entrevistados, o que significa que a realidade do turismo na RIDE-DF é interpretada a partir de um único prisma discursivo. Essa metodologia não considera outros fatores, como os impactos econômicos diretos do turismo, a percepção dos turistas e a análise quantitativa do desempenho do turismo. Além disso, discursos institucionais podem ser influenciados por interesses políticos e estratégicos, nem sempre refletindo fielmente a dinâmica real da governança do turismo. Dessa forma, os resultados deste estudo devem ser compreendidos dentro dessas limitações, sendo necessários aprofundamentos metodológicos que combinem a Análise de Discurso com abordagens quantitativas e pesquisas de campo mais abrangentes.

Ao mesmo tempo, reconhece-se que não houve o aprofundamento necessário quanto ao debate sobre a regionalização. Como Sousa e Araújo Sobrinho (2024) explicam, dentro da literatura, até a própria conceituação de região ainda é tema de intensos debates, inclusive com alguns autores defendendo que ela não existe. A regionalização, logo, não é o fato de se criar uma região ou de se estabelecer os limites de um território regionalizado, mas é o processo materializado de produção do espaço regional, a partir da diferenciação dos territórios, causados pela forma-função de alguns objetos, que moldados pela estrutura capitalista, se constitui no espaço geográfico. Como os autores apontam que a regionalização do turismo não se deu por um processo de produção do espaço regional, mas sim, institucional, a partir de caracteres mercadológicos e tecnocratas, optou-se adotar o entendimento no recorte territorial pensado para a política pública.

Esses limites podem servir como referência para pesquisas futuras que busquem explorar de maneira mais ampla a regionalização do turismo na RIDE-DF, de modo a aprofundar a

análise da relação entre o turismo e outros setores econômicos, avaliando, por exemplo, os impactos da atividade turística sobre o agronegócio e o desenvolvimento urbano nos municípios analisados. Além disso, investigações que incluam a perspectiva dos turistas, dos empresários locais e das comunidades afetadas pelo turismo podem oferecer uma visão mais completa da dinâmica regional. Também seria relevante explorar a viabilidade de um modelo de governança mais inclusivo, que contemple não apenas o *trade* turístico e os gestores públicos, mas também organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas. Dessa forma, este artigo contribui para o debate sobre a regionalização do turismo, servindo como base para o aprimoramento das políticas públicas e de sua gestão na RIDE-DF.

REFERÊNCIAS

Beni, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: Senac, 2004.

Brasil. Ministério do Turismo. **PRT- Diretrizes**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2013.

Brasil. **Lei Complementar nº 163 de 14 de junho de 2018**.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 15 jun. 2023a.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2020**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101990_informativo.pdf. Acesso em: 27 de out. 2023b.

Brasil. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico Turístico Brasileiro de 2022**. Disponível em: http://www.dados-e-fatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05/item/download/1269_7b49b8e69d439ff9d0b4946abda86ab1.html. Acesso em: 30 de maio. 2024.

Carneiro, Laís Martins. **Contradições conceituais do PRTE suas implicações na execução – Estudo de caso: DF**. 2014. 196 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Chemin, Marcelo; Filippim, Marcos; Abrahão, Cinthia Sena. Projeção territorial e pontos de interesse em destinos turísticos da região Sul (Brasil): análise a partir do Mapa do Turismo 2019-2021. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, 2021.

Costa, Helena Araújo. Programa Nacional de Municipalização do turismo: uma análise estratégica. **Anais do Seminário Mercosul de Pesquisa em Turismo**, 2003.

DF. **Lei nº 4.883 de 11 de julho de 2012.**

Gastal, Susana; Moesch, Marutschka Martini. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007. 83 p.

Geiger, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1963. 462 p.

Fairclough, Norman. **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. New York City: Routledge, 2003.

Nogueira, Maria Francisca Magalhães. Turismo e cultura em Goiás. **Comunicação & Informação**, v. 11, n. 1, p. 138-144, 2008.

Paviani, Aldo. A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial. In: PAVIANI, Aldo *et al.* (orgs.). **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. Brasília: EDUnB, 2010.

Peluso, Marília; Oliveira, Candido Washington. **DF: paisagem, população & poder**. São Paulo: Harbra, 2006.

Porter, Michael E. **Clusters. Innovation and Competitiveness: New Findings and Implications for Policy**, 1998.

Rua, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997.

Santos, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

Schvarsberg, Benny. Do Plano Piloto a Brasília metropolitana: considerações sobre planos diretores e planejamento metropolitano. In: PAVIANI, Aldo *et al.* (orgs.). **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. Brasília: EDUnB, 2010.

Silva, Luciano Pereira; Oliveira, Ivanilton; Gomes, Carlos. A Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno–RIDE/DF e sua (des)organização social, espacial e econômica. **Ateliê Geográfico**, v. 17, n. 1, p. 169-190, 2023.

Sousa, Diogo. **Políticas públicas de Turismo no DF e a relação com o PRT – Roteiros do Brasil**. 87 f. Monografia (Graduação em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Sousa, Diogo. **Fórum Internacional de Turismo do Iguassu**. Edição 18. 2024. Foz do Iguaçu, Brasil. Apresentação oral: Acompanhamento do PRT na Região Turística de Brasília: 2004-2024. Foz do Iguaçu, 2024.

Sousa, Diogo. Análise do Discurso Crítica na pesquisa de Turismo. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, [S. l.], v. 16, n. 3, 2024a. DOI: 10.18226/21789061.v16i3p442.

Sousa, Diogo; Araújo Sobrinho, Fernando. O processo de regionalização no Programa de Regionalização do Turismo: uma discussão crítica. **Geofronter**, v. 10, 2024.

Steinberger, Marília. Território e federação na retomada da produção de políticas públicas espaciais pós-2002. In: BRAN-DÃO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita (orgs.). **Pacto Federativo, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.

Vázquez-Barquero, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, 2001.